

1. Fotocópia da Cédula de Identidade;
 2. Fotocópia do Título de Eleitor e/ou prova de estar em dia com as obrigações eleitorais;
 3. Fotocópia do comprovante de estar em dia com as obrigações militares;
 4. Fotocópia do comprovante de alfabetização;
 5. Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
 6. Fotocópia dos cartões de inscrição no PIS/PASEP e CIO;
 7. 2 fotos 3x4 iguais e recentes (com ou sem data).
- O não comparecimento dos candidatos no prazo acima estabelecido, bem como a recusa à admissão ou, consulta dos e admitidos deixarem de entrar em exercício, terão exauridos os direitos decorrentes de sua habilitação no Concurso.

Segue: Classificação - Nome - RG.

89 - Manoel Urias.....	11.514.132
90 - Eliseu Goto.....	3.036.366
109 - Paulo Sergio Valera....	19.316.289

EDITAL 15-88-IPEA CONVOCAÇÃO

O Diretor da Divisão de Administração, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados habilitados no Concurso Público para provimento, mediante admissão, da função autárquica de Auxiliar de Manutenção I, para comparecerem no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da primeira publicação deste Edital, junto a Seção de Administração de Recursos Humanos desta Unidade, sita à Rua Roberto Simonsen, 305, para anuência à admissão e a apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas no item 3 do Edital de Abertura de Inscrições, conforme previsto nos itens 5 e 6 do mesmo Edital, munidos de:

1. Fotocópia da Cédula de Identidade;
2. Fotocópia do Título de Eleitor e/ou prova de estar em dia com as obrigações eleitorais;
3. Fotocópia do comprovante de estar em dia com as obrigações militares;
4. Fotocópia do comprovante de alfabetização, e com provação de conhecimentos específicos através de cursos, treinamentos ou prática de serviço;

5. Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Fotocópia dos cartões de inscrição no PIS/PASEP e CIO;

7. 2 fotos 3x4 iguais e recentes (com ou sem data).

O não comparecimento dos candidatos no prazo acima estabelecido, bem como a recusa à admissão ou, consulta dos e admitidos deixarem de entrar em exercício, terão exauridos os direitos decorrentes de sua habilitação no Concurso.

Segue: Classificação - Nome - RG.

18 - Adalton Alves Maurício....	9.280.052
29 - Reinaldo Domingos.....	20.375.822
39 - Jamil Gonçalves Mendonça....	12.104.857
49 - José Carlos dos Santos....	7.377.027

(1-4-5)

CAMPUS DE RIO CLARO

Instituto de Biociências

INSCRIÇÃO AO CONCURSO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCÊNCIA.

Acham-se abertas, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado de São Paulo as inscrições ao concurso para obtenção do título de Livre-Docente na disciplina Controle Motor do Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências da UNESP - Campus de Rio Claro. As inscrições deverão ser feitas na Seção de Comunicações do Campus de Rio Claro, situada na rua 10 nº 2527 de segunda a sexta-feira, das 8:30 às 11:30 e das 14:00 às 17:00 horas.

Poderão inscrever-se no concurso candidatos portadores do título de Doutor concedido ou considerado equivalente pela UNESP.

No ato de inscrição o candidato deverá apresentar requerimento dirigido ao Diretor do Instituto, indicando nome completo, idade, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e número da cédula de identidade, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) atestado de sanidade física e mental fornecido pelo Serviço Oficial de Saúde;

- b) prova de que é brasileiro;
- c) atestado de idoneidade moral;
- d) prova de quitação com o serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- e) fotocópia do Título de Eleitor;
- f) comprovante do recolhimento da taxa de inscrição junto à Seção de Finanças do Campus;
- g) 10 exemplares do Memorial em que deverá constar tudo que se relaciona com a formação intelectual e com a atividade profissional, didática e científica do candidato, devidamente documentado;
- h) 10 exemplares da Tese original e inédita versão do sobre assunto da livre escolha, pertinente à disciplina em concurso.

Os candidatos, em exercício de função docente na UNESP, ficam dispensados das exigências referidas nas letras: a, b, c, d e e, desde que as tenham cumprido anteriormente.

Para obtenção do título de Livre-Docente exigir-se-á dos candidatos:

- I - Julgamento do Memorial elaborado nos termos do artigo 78, § 12 (Estatuto da UNESP);
- II - Defesa de Tese original e inédita;
- III - Prova Didática
- IV - Prova Escrita sobre assunto de ordem geral e doutrinária, pertinente à disciplina do Departamento;
- V - Prova Prática.

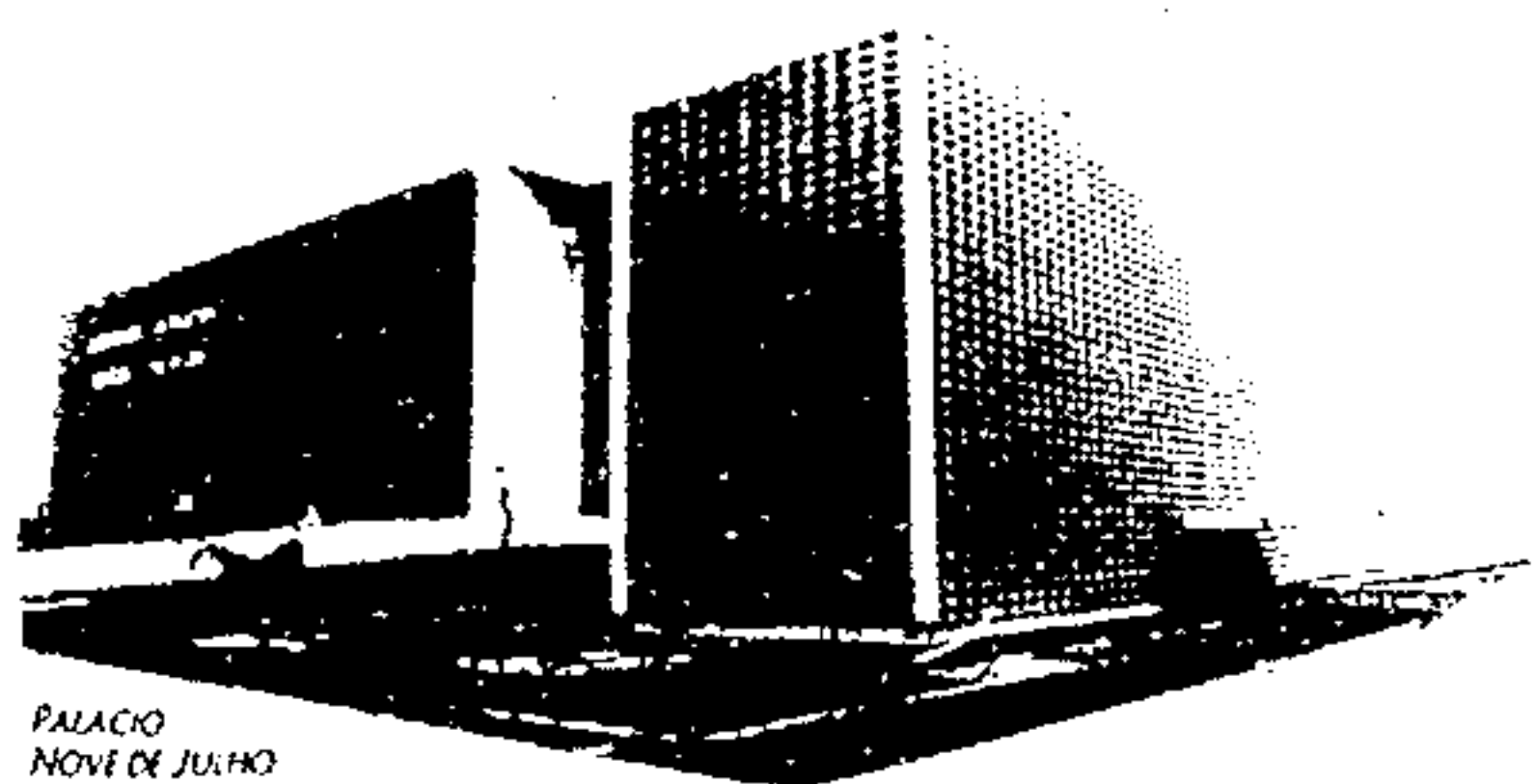
Na avaliação dos candidatos será adotado o critério de notas de 0 a 10 em todas as provas.

As notas atribuídas à defesa da Tese e aos títulos e trabalhos (Julgamento do Memorial) terão peso 2 e as demais provas terão peso 1, cada uma delas.

A aprovação dos candidatos no concurso de Livre-Docência não implica na obrigatoriedade de seu aproveitamento pela Unidade Universitária.

Aplicam-se ao presente concurso as normas estabelecidas pelas Resoluções UNESP 4, de 05.02.81 e 74, de 03.12.85 e as disposições Estatutárias e Regimentais da Universidade Estadual Paulista.

(5)



PALÁCIO
POVO DE JULHO

ATO N.º 22, DE 1988

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, parágrafo único, da VI Consolidação do Regimento Interno e por força da aprovação, pelo Plenário, do Requerimento n.º 3.404, de 1988, nomeia os Deputados Rubens Lara, Fernando Leça e Antonio Calixto para comporem Comissão de Representação com a finalidade de representar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, junto ao povo chileno, por ocasião do Plebiscito Nacional que se realizará no dia 5 do corrente.

Assembléia Legislativa, em 4-10-88.

a) LUIZ BENEDICTO MÁXIMO, Presidente

Ordem do dia

5 de outubro de 1988

251.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação da Moção nº 739, de 1987, apresentada pelo deputado Osvaldo Sbeghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser mantido o diferencial de preços existentes entre o óleo diesel e a gasolina, com a consequente não redução do percentual existente entre os combustíveis. Parecer nº 584, de 1988, da Comissão de Economia, favorável.

2 - Discussão e votação da Moção nº 284, de 1988, apresentada pelo deputado Israel Zekcer, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de que, através do Ministério das Relações Exteriores, congratule-se com o Tribunal Superior de Israel pela decisão no caso de Bruna. Parecer nº 1536, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável.

3 - Discussão e votação da Moção nº 288, de 1988, apresentada pelo deputado Ivan Valente, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser concedido "status" de Embaixada à representação diplomática da Organização para Libertação da Palestina - OLP, no Brasil. Parecer nº 1537, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

4 - Discussão e votação da Moção nº 301, de 1988, apresentada pelo deputado Erasmo Dias, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem exigidos, para os carros avaliados, laudo de perícia técnica e respectiva identificação, quando for alienado. Parecer nº 1405, de 1988, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

5 - Discussão e votação da Moção nº 325, de 1988, apresentada pelo deputado Jurandyr Paixão Filho, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser aumentado o número de voos internacionais diretos do Aeroporto de Curitiba, sem escala no Rio de Janeiro. Parecer nº 1600, de 1988, da Comissão de Transportes, favorável.

6 - Discussão e votação da Moção nº 327, de 1988, apresentada pelo deputado Wilson Toni, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem autorizadas as Caixas Econômicas Estaduais a operarem, em todas as suas linhas, também com pessoas jurídicas. Parecer nº 1546, de 1988, da Comissão de Economia, favorável.

7 - Discussão e votação da Moção nº 352, de 1988, apresentada pela Comissão de Agricultura em seu Parecer nº 1467, de 1988, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de extinguir a OMI dos financiamentos agrícolas.

5 de outubro de 1988

252.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 35, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre o sistema retributivo dos cargos de Controlador de Pagamento de Pessoal. Com emenda. Pareceres nºs 1562, 1563 e 1564, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça, de Administração

ção Pública e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrários à emenda.

2 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 45, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alterações de cargos do Departamento de Auditoria do Estado. Com emenda. Parecer nº 1518, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto e a emenda, com subemenda. Pareceres nºs 1519 e 1520, de 1988, respectivamente das Comissões de Administração Pública e de Finanças, favoráveis ao projeto e a emenda, na forma da subemenda da Comissão de Justiça.

3 - Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de lei Complementar nº 47, de 1988, apresentado pela Mesa, criando cargos de Assessor Técnico de Gabinete no Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa. Pareceres nºs 1464 e 1465, de 1988, respectivamente do relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Finanças, favoráveis.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

- Discussão e votação do Projeto de lei nº 270, de 1988, apresentado pelo deputado Luiz Francisco, declarando área de proteção ambiental a Fazenda Ipanema e regiões adjacentes ao Morro de Arapotiaba, nos municípios de Igará, Capela do Alto e Arapotiaba da Serra. Pareceres nºs 1415 e 1416, de 1988, respectivamente do relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favoráveis.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 14, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, extinguindo a exigência de fiança funcional na Administração Centralizada e Autarquia do Estado. Pareceres nºs 711, 712 e 713, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis.

2 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 803, de 1987, apresentado pela deputada Clara Ant, alterando a redação do artigo 25 da lei nº 89, de 27/12/72, que dispõe sobre habilitação nas licitações. Com substitutivo. Parecer nº 870, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável ao substitutivo, com subemenda. Parecer nº 871, de 1988, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável ao substitutivo e a subemenda.

3 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 72, de 1988, apresentado pelo deputado Lobbe Neto, autorizando as Associações de Pais e Mestres das escolas estaduais a locarem espaço dos muros, dos respectivos estabelecimentos, para propaganda. Pareceres nºs 984 e 985, de 1988, respectivamente da Comissão de Justiça e do relator especial pela Comissão de Educação, favoráveis.

4 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 138, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Município de Araraquara a alienar, por doação, área remanescente do imóvel, doado pelo DER, ao Serviço Social do Comércio e outras entidades, destinadas a obras de fins sociais. Parecer nº 1510, de 1988, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo. Parecer nº 1511, de 1988, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao substitutivo.

5 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 149, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Itapólis, de imóvel nele situado, destinado à instalação do Parque de Exposições para fins recreativos. Pareceres nºs 701 e 702, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.

6 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 150, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Lavínia, de terreno nele situado, destinado à construção de prédio para instalação de órgãos públicos municipais. Pareceres nºs 699 e 700, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.

7 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 170, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, revalorizando os valores das pensões pecuniárias vitalícias concedidas a Orlando Villan, José e Claudio Villan. Pareceres nºs 741, 742 e 743, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça, de Promoção Social e de Finanças, favoráveis.

8 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 462, de 1987, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, declarando de utilidade pública o "CHOPROF" - Centro de Promoção Educacional e Social da Comunidade, em Araraquara. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 677, de 1988.

9 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 507, de 1987, apresentado pelo deputado Tonico Ramos, dando a denominação de "Prof. Humberto Brasi" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Paulista, em Moji-Mirim. Parecer nº 544, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 545, de 1988.

10 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 576, de 1987, apresentado pelo deputado Wadih Helu, dando a denominação de "Professora Pedrina Maria da Silva Valente" ao acesso que liga a SP-360 a Monte Alegre do Sul. Parecer nº 1496, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 1497, de 1988.

11 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 609, de 1987, apresentado pelo deputado Ivan Espindola de Ávila, declarando de utilidade pública a SERV - Paz Urbana Assistencial, na Capital. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1198, de 1988.

12 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 697, de 1987, apresentado pela deputada Eni Galante, dando a denominação de "Clorinda Ciapitelli Perrella" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Itaperi II, em Mauá. Parecer nº 1269, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 1290, de 1988.

13 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 743, de 1987, apresentado pelo deputado Nefi Tales, dando a denominação de "Dr. Mario Luiz Macca" ao Centro de Saúde III - Cidade Jardim Cambica, em Guarulhos. Parecer nº 941, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Saúde em seu Parecer nº 942, de 1988.

14 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 744, de 1987, apresentado pelo deputado Luiz Olinto Tortorello, declarando de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - APAE de São Joaquim da Barra, naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1173, de 1988.

15 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 773, de 1987, apresentado pelo deputado Roberto Furini, dando a denominação de "Olavo de Oliveira Spinola" ao Posto de Saúde de Bragana, naquele Município. Parecer nº 945, de 1987, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Saúde em seu Parecer nº 946, de 1988, na forma da emenda da Comissão de Justiça.

16 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 822, de 1987, apresentado pelo deputado Hilkias de Oliveira, dando a denominação de "Investigador de Polícia Dionizio Gomes de Oliveira" à Delegacia de Polícia de Adamantina, naquele Município. Parecer nº 1146, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Segurança Pública em seu Parecer nº 1147, de 1988, na forma da emenda da Comissão de Justiça.

17 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 831, de 1987, apresentado pelo deputado Fernando Leça, declarando de utilidade pública a "AVAPE - Associação para Valorização e Promoção dos Excepcionais", em São Bernardo do Campo. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1514, de 1988.

18 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 839, de 1987, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, dando a denominação de "Ministro Marcos Freire" ao prédio da CRAG-SP - Unidade Ribeirão Preto, naquele Município. Parecer nº 865, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Agricultura em seu Parecer nº 867, de 1988.

19 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 14, de 1988, apresentado pelo deputado Osvaldo Sbeghen, declarando de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo de Barra Bonita", naquele Município. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1171, de 1988.

20 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 36, de 1988, apresentado pelo deputado Vicente Botta, dando a denominação de "João Pedro de Carvalho Botto" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) Jardim União, em Lins. Parecer nº 1213, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 1214, de 1988. (Em anexo o Projeto de lei nº 109, de 1988).

21 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 38, de 1988, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, dando a denominação de "Carl Fischer" ao acesso que liga Matão à Rodovia SP-310. Parecer nº 1393, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 1394, de 1988, na forma da emenda da Comissão de Justiça.